



BANCO ORIGINAL S.A.

**Demonstrações Financeiras
Consolidadas em IFRS**

**Em 31 de dezembro
de 2020**

Índice

• BALANÇOS PATRIMONIAIS	3
• DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	5
• DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	6
• DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
• DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
• NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	9
1. Contexto operacional.....	9
2. Base de Preparação	9
3. Principais práticas contábeis.....	11
4. Caixa e equivalentes de caixa	18
5. Ativos financeiros	19
6. Investimentos.....	26
7. Imobilizado	26
8. Ativos intangíveis.....	27
9. Direito de uso de bens arrendados	27
10. Outros ativos	28
11. Passivos financeiros	28
12. Provisões	29
13. Ativos e passivos fiscais	31
14. Outros passivos.....	34
15. Patrimônio líquido	34
16. Receita de juros e similares.....	35
17. Despesa com juros e similares.....	35
18. Ganho/(perda) líquidos em investimentos em instrumentos financeiros.....	36
19. Recuperação de créditos baixados para prejuízo.....	36
20. Resultado em operações de câmbio.....	36
21. Receita de prestação de serviços e tarifas bancárias	36
22. Provisão para perdas esperadas em ativos financeiros.....	37
23. Despesas de pessoal.....	37
24. Despesas tributárias.....	37
25. Outras despesas administrativas.....	37
26. Outras receitas/(despesas) líquidas	38
27. Partes relacionadas	38
28. Estrutura de gerenciamento de riscos	39
29. Limites operacionais.....	47
30. Resultado por ação.....	48
31. Cessão de marca e domínio	48
32. Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A. ..	48
33. Informações complementares	49
34. Eventos subsequentes	50
• ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	51
• RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA	52
• RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	54

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	4	375.601	1.284.037
Ativos financeiros			
Instrumentos financeiros		13.775.106	9.307.871
Mensurados ao valor justo por meio do resultado	5.a	2.679.974	1.172.001
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	5.b	1.231.692	778.131
Mensurados ao custo amortizado	5.c	10.349.162	7.709.777
Provisão para perdas esperadas	5.d	(485.722)	(352.038)
Ativos fiscais		669.625	442.644
Ativos fiscais correntes	13.a	61.783	75.365
Ativos fiscais diferidos	13.c	607.842	367.279
Investimentos	6	491	43.676
Imobilizado líquido	7	141.756	126.872
Ativos intangíveis líquidos	8	917.633	735.141
Direito de uso de bens arrendados	9	114.181	78.436
Outros ativos	10	724.729	696.414
Total do Ativo		<u>16.719.122</u>	<u>12.715.091</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Passivos financeiros		13.983.814	9.867.726
Mensurados ao custo amortizado	11	13.983.814	9.867.726
Provisões	12	57.099	67.377
Passivos fiscais		49.349	91.123
Passivos fiscais correntes	13.b	49.349	91.123
Outros passivos	14	672.043	572.915
Patrimônio líquido			
Capital social	15.a	2.130.001	2.130.001
Outros resultados abrangentes	15.d	14.355	5.736
Prejuízos acumulados		(442.233)	(61.308)
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		1.702.123	2.074.429
Participação de acionistas não controladores		254.694	41.521
Total do patrimônio líquido		<u>1.956.817</u>	<u>2.115.950</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>16.719.122</u>	<u>12.715.091</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Produto bancário		1.117.305	1.221.090
Receita de juros e similares	16	1.720.002	997.411
Despesa de juros e similares	17	(554.127)	(629.614)
Ganho / (perda) líquidos em investimentos em instrumentos financeiros	18	(560.566)	689.898
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	19	32.806	29.657
Resultado em operações de câmbio	20	74.419	29.237
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	21	404.771	104.501
Provisão para perdas esperadas em ativos financeiros		(329.951)	(231.922)
Perda esperada em operações de crédito	22	(329.951)	(231.922)
Produto bancário líquido de perdas esperadas de ativos financeiros		787.354	989.168
Outras receitas e despesas		(1.647.273)	(1.089.132)
Despesas de pessoal	23	(586.606)	(406.374)
Despesas tributárias	24	(108.287)	(68.669)
Outras despesas administrativas	25	(926.118)	(551.506)
Resultado de participação em coligadas	6	(23.861)	(16.057)
Outras receitas / (despesas) líquidas	26	(2.401)	(46.526)
Resultado antes dos impostos	13.e	(859.919)	(99.964)
Imposto de renda e contribuição social		218.042	62.705
Resultado líquido do exercício		(641.877)	(37.259)
Atribuído ao controlador		(362.943)	(15.962)
Atribuído aos não controladores		(278.934)	(21.297)
Resultado líquido por lote de mil ações			
Ações ordinárias	30	(0,177)	(7,767)
Ações preferenciais	30	(4.845,507)	(213,102)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	01/01 a Nota 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	(641.877)	(37.259)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Ativos financeiros		
Variação de valor justo	9.062	1.321
Efeito dos tributos	(4.078)	(628)
Hedge		
Variação de valor justo	(28.445)	–
Efeito dos tributos	17.379	–
Variação cambial de investimento no exterior	14.701	1.027
Outros resultados abrangentes	8.619	1.720
Resultado abrangente	<u>(633.258)</u>	<u>(35.539)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

Banco Original S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Subtotal	Acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018		2.130.001	4.016	(48.139)	2.085.878	–	2.085.878
Resultado do exercício		–	–	(15.962)	(15.962)	(21.297)	(37.259)
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	15.d	–	1.720	–	1.720	–	1.720
Ajuste de investimento		–	–	2.793	2.793	62.818	65.611
Saldo em 31 de dezembro de 2019		2.130.001	5.736	(61.308)	2.074.429	41.521	2.115.950
Mutações do período		–	1.720	(13.169)	(11.449)	41.521	30.072
Saldo em 31 de dezembro de 2019		2.130.001	5.736	(61.308)	2.074.429	41.521	2.115.950
Aumento de capital (1)		–	–	–	–	588.489	588.489
Resultado do exercício		–	–	(362.943)	(362.943)	(278.934)	(641.877)
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	15.d	–	8.619	–	8.619	–	8.619
Ajuste de investimento		–	–	(17.982)	(17.982)	(96.382)	(114.364)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		2.130.001	14.355	(442.233)	1.702.123	254.694	1.956.817
Mutações do período		–	8.619	(380.925)	(372.306)	213.173	(159.133)

(1) PicPay Serviços S/A

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	01/01 a Nota 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	(641.877)	(37.259)
Ajustes ao resultado líquido do exercício	357.689	407.066
Perdas esperadas em operações de crédito	329.951	231.922
Depreciação e amortização	162.414	117.290
Provisão para participação nos lucros	36.563	12.906
Resultado de variação cambial	21.809	(79.206)
Resultado da participação em coligadas	23.861	(16.057)
Ativos e passivos fiscais diferidos	(240.563)	99.297
Provisões	33.891	30.176
Outros ajustes	(10.237)	10.738
Resultado líquido do exercício ajustado	(284.188)	369.807
Variações em ativos e passivos	(442.210)	88.068
Redução/(aumento) em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(1.507.973)	120.125
Redução/(aumento) em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(453.561)	(247.312)
Redução/(aumento) em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	(2.639.385)	(1.220.295)
Redução/(aumento) em ativos fiscais	13.582	(120.714)
Aumento/(redução) em outros ativos	(28.315)	(238.851)
Aumento/(redução) em passivos financeiro mensurados ao custo amortizado	4.116.088	1.432.664
Aumento/(redução) em passivo financeiro mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	(236)
Aumento/(redução) em passivos fiscais	(41.774)	58.459
Aumento/(redução) em outros passivos	99.128	304.228
Caixa líquido (utilizado) / gerado nas atividades operacionais	(726.398)	457.875
Atividades de investimento		
(Aquisição) de imobilizado	(98.640)	(160.906)
Alienação/baixa de imobilizado	51.124	-
(Aquisição) de ativos intangíveis	(310.009)	(250.582)
Alienação/baixa de ativos intangíveis	21.591	-
(Aquisição) de direito de uso de bens arrendados	(59.141)	-
Caixa líquido (utilizado)/gerado nas atividades de investimento	(395.075)	(411.488)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Variação da participação de não controladores	213.173	-
Caixa líquido (utilizado)/gerado nas atividades de financiamento	213.173	-
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(908.300)	46.387
Saldo inicial	4 1.284.037	1.237.650
Efeito das mudanças de taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(136)	-
Saldo final	4 375.601	1.284.037
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(908.300)	46.387

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Original S.A. (Banco) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento, de investimento e de crédito imobiliário, constituído na forma de sociedade anônima, sediado à Rua Porto União, 295, Brooklin Paulista, São Paulo - SP.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram elaboradas considerando os requerimentos e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) que, a partir de 31 de dezembro de 2010, requer a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas anuais, de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), conforme aprovado pelo International Accounting Standards Board (IASB), considerando o pressuposto da continuidade, onde o Banco avalia a capacidade operacional no futuro previsível por meio de planejamento anual, fluxos de caixa e a revisão dos controles e responsáveis pela governança. Portanto, estas demonstrações financeiras consolidadas estão em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo IASB e as interpretações emitidas pelo IFRIC.

As contas do balanço patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade. A Administração entende que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável aos leitores destas demonstrações financeiras consolidadas.

Na preparação destas demonstrações, o Banco utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nas IFRS e nas interpretações do International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC).

2.1. Novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos existentes

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Estrutura conceitual (Conceptual framework): As principais alterações se referem a: i) definições de ativo e passivo; ii) critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e não houve impactos para as demonstrações financeiras consolidadas do Banco.

Alterações na IFRS 16 - Arrendamentos: Permite aos arrendatários não caracterizar as concessões feitas ao arrendamento motivadas pela pandemia da COVID-19 como modificação de contrato. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de junho de 2020, sendo permitida a adoção antecipada. O Banco optou por não utilizar a exceção oriunda da norma e, desta forma, não houve impactos para as demonstrações financeiras consolidadas.

b) Pronunciamentos emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

IFRS 17 - Contratos de Seguro: O pronunciamento substitui a IFRS 4 - Contratos de Seguro e apresenta três abordagens para avaliação dos contratos de seguros:

- i) Modelo padrão, aplicável a todos os contratos, principalmente aos contratos de longo prazo;
- ii) Premium allocation approach (PAA), aplicável aos contratos com duração de até 12 meses e com fluxos de caixa pouco complexos. É mais simplificada que o modelo padrão, porém pode ser utilizada somente quando produz resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

iii) Variable fee approach, de abordagem específica aos contratos com participação no resultado dos investimentos.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- i) Fluxos de caixa futuros esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;
- ii) Ajuste ao risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre fluxos de caixa;
- iii) Margem contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
- iv) Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma serão avaliados e concluídos até a data de entrada em vigor da norma. Não são esperados impactos significativos decorrentes da adoção desta norma.

2.2. Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações financeiras consolidadas devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pelo Banco estão relacionadas com os seguintes tópicos:

i) Perda de crédito esperada

A mensuração da perda de crédito esperada requer aplicação de premissas significativas e uso de modelos quantitativos e qualitativos. A Administração exerce seu julgamento na avaliação da adequação dos montantes de perda esperada resultantes de seus modelos e, conforme sua experiência, realiza ajustes que podem ser decorrentes da condição de crédito de determinados clientes ou de ajustes temporários decorrentes de situações ou novas circunstâncias que ainda não foram refletidas na modelagem. As principais premissas são:

- Determinação de critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha apropriada de modelos quantitativos e qualitativos; e
- Informações com base em ativos financeiros similares para efeitos de mensuração;

ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes de mercado na data de mensuração. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é obtido com base nesse preço.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas quando os dados não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto e taxas de pré-pagamento.

iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o Banco terá lucro tributável futuro para sua utilização. A realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção lucros tributáveis futuros e estudos técnicos.

iv) Ativos e passivos contingentes (provisões)

Ativos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial do Banco, exceto quando há evidências que assegurem sua realização.

Os passivos contingentes classificados como de risco de perda prováveis são reconhecidos no balanço patrimonial na rubrica provisões.

O Banco revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

Os valores das contingências são quantificados através de modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Consolidação

a.1) Subsidiárias

De acordo com a IFRS 10 - demonstrações financeiras consolidadas, subsidiárias são todas as entidades nas quais o Banco possui controle.

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas utilizando políticas contábeis uniformes. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

a.2) Entidades controladas consolidadas nas demonstrações financeiras

Entidades controladas são todas as entidades às quais o Banco está exposto, ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através de seu poder sobre a entidade. Uma avaliação de controle é realizada de forma contínua. As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é estabelecido até a data em que o controle deixa de existir.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

		31/12/2020		31/12/2019
		Atividade	Ações	Participação
Original App Ltda.	Prestação de serviços	3.449.655	99,99%	99,99%
Picpay Serviços S.A. ⁽¹⁾	Instituição de pagamento	10.276	22,69%	18,91%
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios PicPay ⁽¹⁾	FIDC	–	100,00%	100,00%
Original Asset Management Ltda	Administração e gestão de valores mobiliários	1.999.800	99,99%	99,99%

⁽¹⁾ Divulgação de evento subsequente (nota 34)

b) Conversão de moedas estrangeiras

b.1) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada subsidiária, entidade sob controle, o Banco definiu a moeda funcional, como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera.

b.2) Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos financeiros expressos em moeda estrangeira são convertidos para reais na data de balanço à taxa de câmbio vigente na respectiva data e as diferenças cambiais resultantes são reconhecidas no resultado na rubrica “variações cambiais”.

c) Caixa e equivalentes de caixa

É definido como caixa e equivalentes de caixa, as disponibilidades (caixa e contas correntes em bancos, considerados no balanço patrimonial na rubrica disponibilidades), aplicações em depósitos interfinanceiros, aplicações no mercado aberto (posição bancada) e títulos e valores mobiliários, com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudanças de valor.

d) Ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo.

d.1) Classificação e mensuração de ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados:

- Ao custo amortizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros;
- Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda;
- Ao valor justo por meio do resultado quando os ativos financeiros que não atendem aos critérios descritos acima;

“Principal”, para referido teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo da sua vida (por exemplo, se houver pagamentos de principal).

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem de:

- O modelo de negócios no qual são administrados;
- As características de seus fluxos de caixa;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Modelo de negócios representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, o Banco considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios tais como os gestores do negócio são remunerados e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do teste SPPJ (somente pagamento de principal e juros).

Teste SPPJ é a avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de commodities, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

d.2) Custo amortizado

Os ativos ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, menos a amortização do principal e juros, e qualquer provisão para perda de crédito esperada.

d.3) Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. O Banco classifica a hierarquia de valor justo conforme sua relevância em três níveis:

Nível 1, ativos com preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas, futuros e cotas de fundos de investimentos com liquidez imediata;

Nível 2, técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos sem liquidez imediata; e

Nível 3, técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível;

d.4) Instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio são os que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor, ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O Banco mensura subsequentemente todos os seus instrumentos de patrimônio ao valor justo por meio do resultado, exceto quando a Administração escolhe, no reconhecimento inicial, designar, irrevogavelmente, um instrumento de patrimônio como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se for mantido com outro propósito que não apenas gerar retornos. Quando esta escolha é feita, os ganhos e perdas no valor justo do instrumento são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente e não são reclassificados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

subsequentemente para a demonstração do resultado, mesmo na venda. Dividendos continuam a ser reconhecidos na demonstração do resultado quando o direito do Banco é estabelecido.

d.5) Instrumentos de dívida

Os instrumentos de dívida são os que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando:

- i) Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- ii) São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda;

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado das perdas de redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

d.6) Reclassificação de ativos e passivos financeiros

O Banco não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes. Passivos financeiros nunca são reclassificados.

d.7) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

O Banco desreconhece um ativo financeiro quando os termos e condições da operação forem renegociados em uma extensão que, substancialmente, torne uma nova operação, sendo a diferença reconhecida no resultado do exercício como ganhos ou perdas de desreconhecimento.

A nova operação reconhecida é classificada no Estágio 1 para fins de mensuração de suas perdas esperadas, a não ser que seja determinada como uma operação originada com problemas de recuperação de crédito.

Se a renegociação não resultar em fluxos de caixa substancialmente diferentes, a modificação não ocasiona em um desreconhecimento da operação. Considerando a alteração nos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva original da operação, o Banco reconhece um ganho ou perda de modificação.

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis ou se foram transferidos para terceiros e: i) o Banco transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade ou ii) o Banco não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido. O desreconhecimento é feito pelo Banco quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo original e o montante pago é reconhecida no resultado.

d.8) Perda de crédito esperada

A mensuração da perda de crédito esperada requer aplicação de premissas significativas e uso de modelos quantitativos e qualitativos. A Administração exerce seu julgamento na avaliação da adequação dos montantes de perda esperada resultantes de modelos e, conforme sua experiência, realiza ajustes que podem ser decorrentes da condição de crédito de determinados clientes ou de ajustes temporários decorrentes de situações ou novas circunstâncias que ainda não foram refletidas na modelagem.

O Banco considera o período contratual máximo sobre o qual estará exposto ao risco de crédito do instrumento financeiro. Entretanto, ativos que não tenham vencimento determinado têm a vida esperada estimada com base no período de exposição ao risco de crédito.

A IFRS 9 requer uma estimativa ponderada e imparcial da perda de crédito que incorporem previsões de condições econômicas futuras. O Banco utiliza informações macroeconômicas prospectivas e informações públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada. As principais informações prospectivas utilizadas na determinação da perda esperada estão relacionadas com a taxa Selic e o produto interno bruto (PIB).

Cenários macroeconômico envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado.

Em cenários de perda ponderados pela probabilidade, o Banco utiliza um horizonte de observação adequado à classificação em estágios, considerando a projeção a partir de variáveis econômicas.

A baixa de operações para prejuízo é feita para contratos com atrasos superiores a 360 dias, de acordo com estudos de rolagem da carteira e recuperação de créditos anteriormente baixados.

A cada período das demonstrações financeiras, o Banco avalia se o risco de crédito sobre um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial utilizando indicadores relativos e absolutos, que consideram o atraso e a probabilidade de default (PD), por produto. O Banco avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como a contraparte, o tipo e as características do produto e a região em que foi contratado.

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia de COVID-19, que excepcionalmente gerou um cenário de distorções nos comportamentos de inadimplência. Esta variável foi considerada no cálculo da perda esperada para os segmentos que se mostraram sensivelmente afetados. De forma complementar, a Administração considerou fatores macroeconômicos para calibrar a curva de vida dos contratos.

Dessa forma, as operações são classificadas em três estágios, sendo:

Estágio 1 - perda de crédito esperada em 12 meses, que representa eventos de inadimplência de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito;

Estágio 2 - perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro, que considera todos eventos de inadimplência. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito, cujo risco de crédito aumentou significativamente; e

Estágio 3 - perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação, que considera eventos de inadimplência. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos com problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados neste estágio difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros, aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado líquido de provisão e não ao valor contábil bruto;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os ativos migram entre os três estágios à medida que seu risco de crédito deteriora ou evolui para um cenário de recuperação.

d.9) Cálculo da perda esperada

O Banco calcula a perda esperada (PE) para mensurar a insuficiência de caixa, descontada a valor presente. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

O detalhamento dos mecanismos de cálculo de PE envolvem:

- i) Probabilidade de inadimplência (*Probability of default* - (PD)), que é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.
- ii) Exposição no momento da inadimplência (*Exposure at default* - (EAD)), que representa uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência levando em consideração as alterações esperadas na exposição após a data base das demonstrações financeiras, incluindo pagamentos de principal e juros, utilização de limites e juros calculados sobre pagamentos não realizados.
- iii) Perda reconhecida devido a inadimplência (*Loss given default* - (LGD)), que significa uma estimativa de perda originada no caso da inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É usualmente expressa como uma porcentagem da EAD.

O período máximo para o qual as perdas de crédito são determinadas é o prazo contratual do instrumento financeiro, exceto se o Banco legalmente tiver o direito de liquidar antecipadamente.

A determinação da estimativa para perda esperada em cada um dos três estágios, considera:

No estágio 1, o cálculo da provisão da PE em 12 meses baseada na expectativa de ocorrência de inadimplência para os 12 meses seguintes a data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada descontada a valor presente;

No estágio 2, a ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, quando uma provisão de PE é reconhecida. A determinação da estimativa é similar ao estágio 1, porém a PD e a LGD são estimadas ao longo da vida do instrumento. A expectativa de insuficiência de caixa é descontada a valor presente; e

No estágio 3, operações com problemas de recuperação, onde a PE é reconhecida ao longo da vida das mesmas. O método é similar ao utilizado nos estágios 1 e 2. No entanto, a PE é determinada em 100%;

d.10) Taxa de juros efetiva

Para o cálculo da taxa de juros efetiva, o Banco estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perda de crédito futura. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do instrumento financeiro. No caso de instrumentos com problemas de recuperação de crédito, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada, considerando a perda de crédito esperada, ao custo amortizado do ativo financeiro.

e) Imobilizado

O imobilizado de uso é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Ativos intangíveis e ágio

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, incluem *software* e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provêm de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser medido confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

O ágio é diferença entre o valor pago e os ativos líquidos adquiridos da aquisição de participação em uma entidade. O ágio não é amortizado, tendo seu valor recuperável avaliado semestralmente ou quando da existência de indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa (UGC) e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

g) Direito de uso de bens arrendados

O Banco é arrendatário, principalmente, de bens imóveis para realização de suas atividades comerciais e administrativas. O reconhecimento inicial ocorre na assinatura do contrato, na rubrica outros passivos financeiros, que corresponde ao total dos pagamentos futuros a valor presente, amortizados de forma linear pelo prazo do contrato de arrendamento.

h) Imposto de renda e contribuição social

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O reconhecimento das provisões para o imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo acumulado, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário. A despesa de impostos sobre a renda é reconhecida no resultado, exceto quando advinda de uma transação reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes; nesse caso, o efeito fiscal é reconhecido no próprio resultado abrangente. É calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota cabível ao lucro real do período e das variações dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos no resultado.

Os ativos e passivos diferidos incluem as diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou receber sobre as diferenças entre o valor contábil e sua respectiva base fiscal. Os ativos diferidos sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

i) Outros ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos), e provisão para perda, quando necessário.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

j) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto quando forem:

Passivos financeiros ao mensurados ao valor justo por meio do resultado, classificação aplicada a instrumentos financeiros derivativos.

k) Provisões, ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes e passivos contingentes são possíveis direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Administração entender que sua realização for praticamente certa e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e sem possibilidades de recursos e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

- i) Prováveis, para as quais são constituídos passivos reconhecidos no balanço patrimonial na rubrica provisões;
- ii) Possíveis, as quais são divulgadas nas demonstrações financeiras, não sendo reconhecida no balanço patrimonial uma provisão; e
- iii) Remotas, as quais não requerem provisão e tampouco divulgação;

l) Capital social

Constituído por ações ordinárias e preferenciais e classificadas no patrimônio líquido.

m) Resultado líquido por ação

O resultado líquido por ação é calculado pela divisão do resultado líquido atribuído aos controladores do Banco pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em cada exercício.

n) Reconhecimento de receitas e despesas

Receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo princípio da competência na demonstração do resultado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

o) Benefícios a empregados

O Banco oferece a título de benefício pós-emprego aos seus colaboradores a extensão do seguro saúde, nas condições estabelecidas na convenção coletiva dos bancários, pelo período de até 180 dias a partir da data da rescisão do contrato de trabalho.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	62.611	71.508
Caixa e bancos em moedas estrangeiras	36.086	55.587
Caixa e bancos em moeda nacional	26.525	24.380
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	312.990	312.689
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	312.990	312.689
Títulos e valores mobiliários	–	899.840
Total	375.601	1.284.037

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

5. ATIVOS FINANCEIROS

a) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

a.1) Títulos e valores mobiliários

					31/12/2020		31/12/2019	
					Valor contábil/ justo	Valor contábil/ justo	Valor contábil/ justo	Valor contábil/ justo
	Nível	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses			
Carteira própria								
Títulos públicos								
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	–	21.517	23.733	242.267	287.517	210.165	210.165
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	–	–	840.615	1.095.998	1.936.613	220.514	220.514
Títulos privados								
Ações de companhias abertas	1	33	–	–	–	33	176.538	176.538
Cotas de fundos	1	115.923	–	–	–	115.923	–	–
Total em carteira própria		115.956	21.517	864.348	1.338.265	2.340.086	607.217	607.217
Vinculados a compromissos de recompra								
Títulos públicos								
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	–	–	14.582	170.675	185.257	–	–
Títulos privados								
Debêntures	2	–	–	–	–	–	49.262	49.262
Total em vinculados a compromisso de recompra		–	–	14.582	170.675	185.257	49.262	49.262
Vinculados à prestação de garantias								
Títulos públicos								
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	–	–	–	–	–	71.177	71.177
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	–	–	35.920	30.987	66.907	407.860	407.860
Títulos privados								
Cotas de fundos	1	24.804	–	–	–	24.804	24.235	24.235
Total em vinculados a prestação de garantias		24.804	–	35.920	30.987	91.711	503.272	503.272
Total		140.760	21.517	914.850	1.539.927	2.617.054	1.159.751	1.159.751

a.2) Derivativos

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções padronizadas** - Cotações em bolsas;
- **Opções não padronizadas** - Determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado;
- **Swaps e NDF** - O fluxo de caixa de cada uma de suas partes é descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais *notional* e estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

a.2.1) Composição da carteira por indexador

	31/12/2020			31/12/2019		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
1 - Non deliverable forward						
Posição ativa	991.616	64.486	61.984	1.419.701	19.921	17.533
Prefixado	–	–	(31)	382.817	6.075	6.346
Real	–	–	–	170	1.506	1.478
Dólar	990.697	64.486	62.015	1.036.714	12.340	9.709
Euro	919	–	–	–	–	–
Posição passiva	991.616	(2.839)	(2.131)	1.419.701	(11.801)	(15.360)
Prefixado	991.616	(2.839)	(2.131)	1.036.649	(2)	(14.682)
Real	–	–	–	235	(69)	–
Dólar	–	–	–	380.371	(667)	(552)
Euro	–	–	–	2.446	(11.063)	(126)
Diferencial líquido	–	61.647	59.853	–	8.120	2.173
2 - Swap						
Posição ativa	594.749	8.679	17.149	751.758	2.929	12.454
Prefixado	237.820	64	2.166	233.113	28	1.691
DI	284.701	190	4.410	392.845	2.141	8.663
Dólar	72.228	8.425	10.573	125.800	760	2.100
Posição passiva	594.749	(13.822)	(14.082)	751.758	(2.341)	(1.862)
Prefixado	284.701	(72)	(429)	348.954	(75)	(41)
DI	88.734	–	–	88.129	(216)	(41)
Dólar	221.314	(13.750)	(13.653)	314.396	(2.050)	(1.780)
Euro	–	–	–	279	–	–
Diferencial líquido	–	(5.143)	3.067	–	588	10.592
3 - Opções						
Posição ativa	–	–	–	37.966	–	461
Compra de opções	–	–	–	37.966	–	461
Posição passiva	–	–	–	37.966	–	(976)
Venda de opções	–	–	–	37.966	–	(976)
Diferencial líquido	–	–	–	–	–	(515)
4 - Futuros						
Posição ativa	2.999.674	–	–	2.061.342	–	–
DI	891.400	–	–	1.860.700	–	–
DDI	1.444.683	–	–	–	–	–
BGI	–	–	–	18.897	–	–
Dólar	660.412	–	–	178.358	–	–
Euro	3.179	–	–	3.387	–	–
Posição passiva	5.517.299	–	–	5.803.150	–	–
DI	3.625.700	–	–	2.651.500	–	–
DDI	1.891.599	–	–	2.745.310	–	–
BGI	–	–	–	5.101	–	–
Dólar	–	–	–	401.239	–	–

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.2.2) Composição da carteira por vencimento e valor diferencial

	31/12/2020			31/12/2019	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Diferencial a receber/(pagar) ao valor justo					
<i>Non deliverable forward</i>	41.078	18.775	–	59.853	2.173
<i>Swap</i>	(10.823)	520	13.370	3.067	10.592
Compra de opções	–	–	–	–	461
Venda de opções	–	–	–	–	(976)
Total	30.255	19.295	13.370	62.920	12.250

a.2.3) Hedge de investimento líquido no exterior

O Banco contrata instrumentos derivativos na gestão de riscos (variação cambial) do seu investimento no exterior (agência nas Ilhas Cayman), cuja moeda de suas operações é o dólar.

O Banco documenta a relação entre instrumento de hedge e seu investimento no exterior (US\$ 10.000), bem como os testes de efetividade de forma contínua.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o valor eficaz registrado no patrimônio líquido foi de R\$ 21.041 líquidos dos efeitos tributários e o impacto no resultado do componente inefetivo foi de R\$ 7.550 (R\$ 552 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019) contabilizado na rubrica de resultado em instrumentos financeiros derivativos.

a.2.4) Hedge de risco de mercado

As operações objeto de proteção através de estruturas de hedge accounting são títulos de renda fixa emitidos pelo Banco que fornecem recursos financeiros para a expansão de seus negócios ao serem adquiridos por investidores que, por sua vez, serão remunerados por uma taxa pré-fixada determinada no momento da emissão de referidos títulos.

Item objeto de hedge é o conjunto de captações pré-fixadas com prazo superior a 2 anos realizadas pelo Banco, excluindo seus spreads de crédito, conforme definido adiante em seção específica.

Instrumentos de hedge são contratos de DI1 futuro negociados na B3, registrados no Banco e identificados, na sua origem, como pertencentes à estratégia de hedge accounting.

Optou-se por caracterizar esse conjunto de operações como “*hedge* de risco de mercado”, baseado na Circular 3.082 BACEN, datada de 30 de janeiro de 2002.

A estratégia de *hedge* de risco de mercado passa por evitar oscilações temporais de resultado oriundos de variações no mercado de juros em reais. Uma vez que esse risco é compensado, o que se procura é indexar a carteira ao DI, através da utilização dos derivativos (DI1 futuro).

O hedge é contratado de modo a contrapor a exposição total ao risco de mercado da carteira de captações pré-fixadas, excluindo a parcela da remuneração pré-fixada representada pelo spread de crédito (risco próprio do Banco), procurando obter o casamento mais próximo possível de prazos e volumes.

O *hedge* das captações é feito por meio da contratação de DI1 futuro na B3. O gerenciamento do hedge não é feito operação por operação, mas sim para o conjunto de captações (objetos de *hedge*) originadas em determinado período (safra mensal, que pode ser alterada em função do volume de novas operações, de acordo com a avaliação da administração).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Caso a efetividade seja comprovada dentro do intervalo de 80 a 125%, tanto o instrumento de *hedge* (derivativo), quanto o objeto de *hedge* (captações pré-fixadas com prazos superiores a 2 anos) são mensurados a valor justo, e o efeito do ajuste ao valor justo é reconhecido em resultado.

Tal prática será descontinuada prospectivamente caso:

- O instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, terminado ou exercido;
- O *hedge* deixar de satisfazer as condições de efetividade;
- For revogada a designação.

A descontinuidade prospectiva se dará de forma a não se apurar a variação do ajuste ao valor justo do mês em que ocorreu a inefetividade e apropriar ao longo da vida das operações de objeto de *hedge* o ajuste ao valor justo acumulado até o último período em que as condições de efetividade foram satisfeitas.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de risco de mercado têm seu registro contábil no resultado. Em 31 de dezembro de 2020, o valor do passivo ajustado a valor justo é de R\$ 25.086 (R\$ 378.715 em 31 de dezembro de 2019), gerando uma despesa no exercício de R\$ 22.149 (receita de R\$ 2.938 no exercício de 2019). A taxa de efetividade do *hedge* foi de 96,72%.

b) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

b.1) Títulos e valores mobiliários

						31/12/2020	31/12/2019
						Valor contábil/ justo	Valor contábil/ justo
	Nível	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Carteira própria							
Títulos públicos							
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	–	–	–	43.170	43.170	–
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	–	–	326.318	447.831	774.149	278.081
Títulos privados							
Outros	2	–	–	–	151	151	–
Total em carteira própria		–	–	326.318	491.152	817.470	278.081
Vinculados a compromissos de recompra							
Títulos privados							
Debêntures	2	–	10.102	–	–	10.102	–
Total em vinculados a compromisso de recompra		–	10.102	–	–	10.102	–
Vinculados à prestação de garantias							
Títulos públicos							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	–	180.771	167.124	27.626	375.521	71.177
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	–	–	–	4.797	4.797	–
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	–	8.508	–	15.294	23.802	428.873
Total em vinculados a prestação de garantias		–	189.279	167.124	47.717	404.120	500.050
Total		–	199.381	493.442	538.869	1.231.692	778.131

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado

c.1) Aplicações interfinanceiras de liquidez

				31/12/2020	31/12/2019
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Aplicações no mercado aberto	930.000	–	–	930.000	–
Posição bancada	930.000	–	–	930.000	–
Notas do Tesouro Nacional - NTN	930.000	–	–	930.000	–
Aplicações em depósitos interfinanceiros	–	8.916	13.814	22.730	380.131
Aplicações em moedas estrangeiras	125.043	–	–	125.043	71.713
Total	<u>1.055.043</u>	<u>8.916</u>	<u>13.814</u>	<u>1.077.773</u>	<u>451.844</u>

c.2) Títulos e valores mobiliários

			31/12/2020	31/12/2019
	Acima de 12 meses		Total	Total
Carteira própria			6.489	–
Títulos privados			6.489	–
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI ⁽¹⁾			6.489	–
Total			<u>6.489</u>	<u>–</u>

c.3) Operações de crédito

c.3.1) Composição da carteira por produto

	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	2.679.404	2.074.325
Financiamentos à exportação	2.021.735	2.024.152
Direitos creditórios	1.956.194	2.232.239
Recebíveis de transação de pagamento	1.157.930	–
Operações com cartões de crédito	458.763	297.401
Financiamentos rurais e agroindustriais	212.392	60.294
Títulos descontados	146.819	132.091
Financiamentos imobiliários	141.350	203.309
Adiantamentos a depositantes	2.647	402
Outros	61.038	167.553
Total	<u>8.838.272</u>	<u>7.191.766</u>
Circulante	7.707.440	4.703.579
Não circulante	1.130.832	2.488.187

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c.3.2) Composição da carteira por ramo de atividade

	31/12/2020	Concentração	31/12/2019	Concentração
Setor Privado				
Comércio	2.322.372	26,28%	2.164.019	30,10%
Rural	2.200.011	24,89%	2.012.436	27,98%
Serviços	1.926.207	21,79%	835.262	11,61%
Pessoas físicas	1.561.164	17,66%	890.552	12,38%
Indústria	409.834	4,64%	1.033.522	14,37%
Financeiro	146.007	1,65%	–	0,00%
Outros	272.677	3,09%	255.975	3,56%
Total	8.838.272	100,00%	7.191.766	100,00%

c.3.3) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	% da Carteira	31/12/2019	% da Carteira
Dez maiores devedores	807.938	9,14%	842.696	11,72%
Quarenta maiores devedores seguintes	1.710.021	19,35%	1.752.258	24,37%
Oitenta maiores devedores seguintes	1.406.195	15,91%	1.065.336	14,81%
Demais devedores seguintes	4.914.118	55,60%	3.531.476	49,10%
Total	8.838.272	100,00%	7.191.766	100,00%

c.4) Outros instrumentos financeiros

	31/12/2020	31/12/2019
Recebíveis de transação de pagamento	379.520	–
Devedores por depósitos em garantia - contingências trabalhistas	12.743	9.110
Devedores por depósitos em garantia - contingências fiscais	10.576	10.213
Rendas a receber	7.699	5.425
Negociação e intermediação de valores	6.715	27.870
Devedores por depósitos em garantia - contingências cíveis	5.878	7.501
Operações de câmbio	3.497	6.048
Total	426.628	66.167
Circulante	426.628	66.167

d) Provisão para perda esperada

d.1) Composição dos instrumentos financeiros por estágio e provisão para perda esperada

Operações de crédito e títulos e valores mobiliários mensurados ao custo amortizado, classificados em estágios de risco de acordo com a IFRS 9

Ativos classificados	Estágios			31/12/2020
	1	2	3	Total
Instrumentos financeiros	7.844.922	644.678	348.672	8.838.272
Posições <i>off-balance</i>	1.752.055	215.401	1.465	1.968.921
Total	9.596.977	860.079	350.137	10.807.193

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativos classificados	Estágios			31/12/2019
	1	2	3	Total
Instrumentos financeiros	6.729.516	77.015	385.235	7.191.766
Posições <i>off-balance</i>	1.323.280	—	—	1.323.280
Total	8.052.796	77.015	385.235	8.515.046

Provisão para perdas esperadas em ativos financeiros, classificada em estágios de risco de acordo com a IFRS 9

Ativos classificados	Estágios			31/12/2020
	1	2	3	Total
Instrumentos financeiros	72.233	172.378	213.162	457.773
Posições <i>off-balance</i>	15.884	12.062	3	27.949
Total	88.117	184.440	213.165	485.722

Ativos classificados	Estágios			31/12/2019
	1	2	3	Total
Instrumentos financeiros	86.461	22.322	221.178	329.961
Posições <i>off-balance</i>	22.077	—	—	22.077
Total	108.538	22.322	221.178	352.038

d.2) Movimentação dos saldos de provisão para perda esperada

	Estágios			31/12/2020
	1	2	3	Total
Saldo 31 de dezembro de 2019	108.538	22.322	221.178	352.038
De estágio 1 para estágio 2	(4.696)	10.629	—	5.933
De estágio 1 para estágio 3	(1.951)	—	7.667	5.716
De estágio 2 para estágio 3	—	(222)	550	328
De estágio 2 para estágio 1	4	(7)	—	(3)
De estágio 3 para estágio 1	(62)	—	8	(54)
Novos ativos	56.934	172.298	150.225	379.457
Mudanças em PD, LGD e EAD (1)	(46.508)	(26.989)	(41.868)	(115.365)
Reversão pela liquidação ou baixa de contrato	(12.083)	(6.086)	(124.159)	(142.328)
Total da movimentação	(8.362)	149.623	(7.577)	133.684
Saldo em 31 de dezembro de 2020	100.176	171.945	213.601	485.722

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Estágios			31/12/2019
	1	2	3	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	70.145	40.838	134.783	245.766
De estágio 1 para estágio 2	(270)	3.061	–	2.791
De estágio 1 para estágio 3	(7.466)	–	84.170	76.704
De estágio 2 para estágio 3	–	(17.022)	18.856	1.834
De estágio 2 para estágio 1	2.246	(6.060)	–	(3.814)
De estágio 3 para estágio 2	–	4	(3)	1
De estágio 3 para estágio 1	141	–	(339)	(198)
Novos ativos	47.938	9.760	83.727	141.425
Mudanças em PD, LGD e EAD ⁽¹⁾	(239)	1.687	(20.514)	(19.066)
Reversão pela liquidação ou baixa de contrato	(3.957)	(9.946)	(79.502)	(93.405)
Total da movimentação	38.393	(18.516)	86.395	106.272
Saldo em 31 de dezembro de 2019	108.538	22.322	221.178	352.038

⁽¹⁾ Basicamente impactada pela calibração dos modelos de PD para a carteira de crédito pessoas físicas e EAD para limites de crédito contratados e não utilizados.

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Saldo inicial	(352.038)	(245.766)
Constituição / reversão	(329.951)	(231.922)
Baixa para prejuízo	351.751	67.452
Ajuste de aplicação dos critérios <i>IFRS 9</i>	(155.484)	58.198
Saldo final	(485.722)	(352.038)
Créditos recuperados	32.806	29.657

6. INVESTIMENTOS

	31/12/2019	Movimentação de		31/12/2020
	Valor justo do investimento	Equivalência patrimonial	Aportes de capital/ outros eventos	Valor do investimento
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda ⁽¹⁾	43.676	(23.861)	(19.324)	491
Total	43.676	(23.861)	(19.324)	491

⁽¹⁾ Considera provisão para *impairment* no valor de R\$ 44.169.

7. IMOBILIZADO

a) Composição

	31/12/2020			31/12/2019
	Custo	Depreciação	Saldo contábil	Saldo contábil
Instalações, móveis e equipamentos de uso	127.558	(21.834)	105.724	84.228
Sistemas de processamento de dados	97.616	(63.329)	34.287	41.771
Sistemas de segurança e comunicações	2.390	(645)	1.745	873
Veículos	148	(148)	–	–
Total	227.712	(85.956)	141.756	126.872

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Movimentação

	31/12/2019	Movimentação de			31/12/2020
		01/01 a 31/12/2020			
	Saldo contábil	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo contábil
Instalações, móveis e equipamentos de uso	84.228	47.670	(17.298)	(8.876)	105.724
Sistemas de processamento de dados	41.771	50.255	(33.737)	(24.002)	34.287
Sistemas de segurança e comunicações	873	1.175	(89)	(214)	1.745
Total	126.872	99.100	(51.124)	(33.092)	141.756

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

a) Composição

	31/12/2020			31/12/2019
	Custo	Amortização	Saldo contábil	Saldo contábil
Gastos com desenvolvimento	958.308	(329.101)	629.207	548.476
Software	263.053	(55.908)	207.145	115.775
Mais valia em investimento em controlada	81.281	–	81.281	61.316
Outros	–	–	–	9.574
Total	1.302.642	(385.009)	917.633	735.141

b) Movimentação

	31/12/2019	Movimentação de			31/12/2020
		01/01 a 31/12/2020			
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo final
Gastos com desenvolvimento	548.476	194.115	(9.250)	(104.134)	629.207
Software	115.775	95.929	(2.767)	(1.792)	207.145
Mais valia em investimento em controlada	61.316	19.965	–	–	81.281
Outros	9.574	–	(9.574)	–	–
Total	735.141	310.009	(21.591)	(105.926)	917.633

9. DIREITO DE USO DE BENS ARRENDADOS

a) Composição

	31/12/2020			31/12/2019
	Custo	Amortização	Saldo contábil	Saldo contábil
Direito de uso de bens arrendados	146.556	(32.375)	114.181	78.436
Total	146.556	(32.375)	114.181	78.436

b) Movimentação

	31/12/2019	Movimentação de			31/12/2020
		01/01 a 31/12/2020			
	Saldo inicial	Aquisições/acréscimos	Baixas	Amortização	Saldo final
Direito de uso de bens arrendados	78.436	59.141	–	(23.396)	114.181
Total	78.436	59.141	–	(23.396)	114.181

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

10. OUTROS ATIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Devedores diversos no país	297.198	112.042
Outros valores e bens	141.891	108.702
Valores a receber de sociedades ligadas	139.528	413.098
Relações interdependências	91.309	11.655
Despesas pagas antecipadamente	41.339	33.515
Adiantamentos salariais	6.139	8.487
Outros	7.325	8.915
Total	724.729	696.414
Circulante	724.729	696.414

11. PASSIVOS FINANCEIROS

a) Mensurados ao custo amortizado

a.1) Depósitos

					31/12/2020	31/12/2019
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	515.417	–	–	–	515.417	369.004
Pessoas físicas	246.785	–	–	–	246.785	152.965
Pessoas jurídicas	194.515	–	–	–	194.515	99.830
Vinculados	74.095	–	–	–	74.095	115.620
Pessoas jurídicas ligadas	22	–	–	–	22	589
Contas pré pagamento	1.226.208	–	–	–	1.226.208	85.252
Depósitos interfinanceiros	–	–	73.658	511.084	584.742	134.020
Depósitos à prazo	–	1.696.438	2.269.059	2.688.901	6.654.398	5.263.335
Em moeda nacional	–	523.717	1.749.165	2.688.901	4.961.783	5.281.208
Em moeda estrangeira	–	1.172.721	519.894	–	1.692.615	45.218
Total	1.741.625	1.696.438	2.342.717	3.199.985	8.980.765	5.851.611

O Banco emite CDB com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 150% do DI (90% e 129,5% do DI em 31 de dezembro de 2019) e em operações pré-fixadas entre 2,00% ao ano e 19,6% ao ano (4,18% e 19,60% ao ano em 31 de dezembro de 2019).

O Banco emite RDB com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 101,5% e 106% do DI (90% e 129,5% do DI em 31 de dezembro de 2019) e em operações pré-fixadas entre 2,15% ao ano e 19,6% ao ano (4,18% e 19,60% ao ano em 31 de dezembro de 2019).

a.2) Captações no mercado aberto

	Até 3 meses	Total	Total
Carteira própria			
Títulos públicos	184.232	184.232	422.959
Letras do Tesouro Nacional	184.232	184.232	–
Notas do Tesouro Nacional	–	–	422.959
Títulos privados	10.004	10.004	49.229
Debêntures	10.004	10.004	49.229
Total	194.236	194.236	472.188

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.3) Recursos de aceites e emissão de títulos

				31/12/2020	31/12/2019
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Letras de crédito do agronegócio ⁽¹⁾	488.000	610.294	1.022.289	2.120.583	1.528.559
Letras de crédito imobiliária ⁽²⁾	239.356	578.693	1.027.027	1.845.076	1.864.281
Letras financeiras ⁽³⁾	5.454	547.043	53.379	605.876	60.903
Total	732.810	1.736.030	2.102.695	4.571.535	3.453.743

⁽¹⁾ Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 80% e 122,4% do DI (90% e 106% do DI em 31 de dezembro de 2019). Em operações pré-fixadas, a taxa praticada varia entre 1,31% e 8,6% a.a. (5,03% e 13,26% a.a. em 31 de dezembro de 2019)

⁽²⁾ Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 122% do DI (90% e 106% do DI em 31 de dezembro de 2019). Em operações pré-fixadas, a taxa praticada varia entre 1,27% e 8,61% a.a. (3,79% e 15,25% a.a. em 31 de dezembro de 2019)

⁽³⁾ Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 100% e 121% do DI (100% do DI em 31 de dezembro de 2019). Em operações pré-fixadas, taxa de 22,1% (22,1% em 31 de dezembro de 2019).

a.4) Outros passivos financeiros

	31/12/2020	31/12/2019
	Total	Total
Obrigações por contratos de aluguel de bens	127.844	89.063
Relações interfinanceiras	95.736	–
Negociação e intermediação de valores	8.511	1.121
Funcafé custeio	5.187	–
Total	237.278	90.184
Circulante	121.662	13.294
Não circulante	115.616	76.890

12. PROVISÕES

a) Contingências cíveis e trabalhistas

	31/12/2020	31/12/2019
Provisões cíveis	9.933	26.482
Provisões trabalhistas	47.166	40.895
Total	57.099	67.377
Não circulante	57.099	67.377

a.1) Provisões cíveis

Estas ações são decorrentes de: 1 ação com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, 2 ações de contratos de financiamento, 3 execuções e 4 ações de indenização por perdas e danos.

Para os processos cíveis elencados na categoria cível massificados (crédito consignado), as provisões são feitas por histórico de condenações de processos nos últimos 12 meses. As categorias massa especial (ações cíveis oriundas do banco digital), especial (ações cíveis valoradas acima de R\$200mil) são feitas de acordo com a opinião dos assessores jurídicos externos e sua constituição é realizada sempre que a perda for avaliada como provável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, revisitamos o procedimento de provisionamento das contingências cíveis originadas no Banco Matone referentes aos processos do crédito consignado e aperfeiçoamos o processo, permitindo redução na provisão de R\$ 3.375.

a.1.1) Movimentação

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Saldo inicial	26.482	16.916
Constituição	4.598	18.802
Reversão	(21.147)	(9.236)
Saldo final	9.933	26.482

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 5.878 (R\$ 7.501 em 31 de dezembro de 2019).

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos.

a.2) Provisões trabalhistas

São ações movidas pelos sindicatos, associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas. A provisão para os processos trabalhistas (ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros) é feita de acordo com a opinião legal dos assessores jurídicos externos e sua constituição é realizada sempre que a perda for avaliada como provável.

a.2.1) Movimentação

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Saldo inicial	40.895	22.036
Constituição	32.929	24.077
Atualização monetária	(5.527)	2.090
Reversão	(21.131)	(7.308)
Saldo final	47.166	40.895

Para esses processos trabalhistas foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 12.743 (R\$ 9.110 em 31 de dezembro de 2019).

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos.

a.3) Passivos contingentes classificados como de risco de perda possível

São processos nas esferas cível, trabalhista e fiscal, classificados com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas.

	31/12/2020	31/12/2019
Processos fiscais	53.414	9.750
Processos cíveis	49.643	25.891
Processos trabalhistas	15.944	22.293
Total	119.001	57.934

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

13. ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS

a. Ativos fiscais correntes

	31/12/2020	31/12/2019
Contribuição social a compensar	31.100	28.147
Imposto de renda a compensar	19.004	41.371
COFINS a compensar	150	68
PIS a compensar	33	15
Outros impostos a compensar	11.496	5.764
Total	61.783	75.365
Circulante	61.783	75.365

b. Passivos fiscais correntes

	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e contribuições sobre salários	29.473	16.117
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	7.157	8.171
Provisão para imposto de renda	4.824	35.222
Provisão para contribuição social	1.789	20.995
Outros	6.106	10.618
Total	49.349	91.123
Circulante	49.349	91.123

c) Ativos fiscais diferidos

c.1) Movimentação

Crédito tributário	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Saldo inicial	449.192	351.665
Constituições	344.252	197.110
Reversões	(169.520)	(99.583)
Saldo final	623.924	449.192
Obrigações fiscais diferidas		
Saldo inicial	81.913	83.683
Constituições	190.067	383.603
Reversões	(255.898)	(385.373)
Saldo final	16.082	81.913
Saldo final líquido	607.842	367.279
Não circulante		

d) Imposto de renda e contribuição social

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas “ativos fiscais diferidos” e “passivos fiscais diferidos”, respectivamente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Resultado antes dos tributos	(859.919)	(99.964)
Resultado de participações em coligadas e controladas	23.861	16.057
Outras diferenças permanentes - CSLL	1.738	6.417
Outras diferenças permanentes - IRPJ	2.218	7.800
Outros ajustes	(2.315)	(15.146)
Base de cálculo - CSLL	(836.635)	(92.636)
Base de cálculo - IRPJ	(836.155)	(91.253)
CSLL	96.853	41.608
IRPJ - 25% deduzidos os incentivos fiscais	121.189	21.097
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	218.042	62.705
Encargo líquido de IRPJ e CSLL	218.042	62.705

e) Créditos tributários

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (alíquotas de IRPJ 25% e CSLL 20%)

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando o lucro tributável for apurado.

	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo fiscal	611.665	363.023
Crédito de IRPJ sobre prejuízo fiscal - 25%	152.916	90.756
Base negativa de contribuição social	613.630	367.806
Crédito de CSLL sobre base negativa	122.726	73.561
Provisão para perdas esperadas e ativos financeiros	490.553	433.229
Provisão para contingências trabalhistas	41.373	36.114
Provisão para contingências cíveis	9.575	25.891
Provisão para despesas administrativas	21.702	60.833
Provisão para perda no valor recuperável dos bens não de uso	13.713	14.302
Ajuste positivo de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	50.434	15.444
PIS / COFINS diferidos sobre ajuste ao valor justo positivo de títulos - 4,65%	(2.345)	(718)
Perdas em instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado - operações de crédito	34.581	30.679
Outras diferenças temporárias	109.163	15.686
Total de diferenças temporárias - IR/CS	768.749	631.460
Créditos tributários sobre diferenças temporárias de IRPJ - 25%	192.187	159.366
Créditos tributários sobre diferenças temporárias de CSLL	153.750	124.790
Ajuste positivo de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	36.544	15.444
Ajustes futuro DI e DDI	13.890	–
Base de cálculo do ativo fiscal diferido de PIS e COFINS	50.434	15.444
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do crédito de PIS e COFINS diferidos	2.345	719
Total do ativo fiscal diferido	623.924	449.192
Não circulante	623.924	449.192

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Passivo fiscal diferido

	31/12/2020	31/12/2019
Ajuste positivo de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	14.565	142.393
Ajuste positivo de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	19.250	9.746
PIS/COFINS diferidos sobre o ajuste de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - 4,65%	(1.572)	(7.074)
Ajustes futuro - DI e DDI	–	20.101
PIS/COFINS diferidos sobre o ajuste futuro DI e DDI - 4,65%	–	(935)
Total de diferenças temporárias - IRPJ	32.243	164.231
Débitos sobre diferenças temporárias de IRPJ - 25%	8.061	41.058
Débitos sobre diferenças temporárias de CSLL	6.449	32.846
Ajuste positivo de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	14.565	142.393
Ajuste positivo de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	19.250	9.746
Ajustes futuro - DI e DDI	–	20.101
Base de cálculo do ativo fiscal diferido de PIS e COFINS	33.815	172.240
Alíquota de PIS / COFINS	4,65%	4,65%
Total do débito de PIS e COFINS diferidos	1.572	8.009
Total do passivo fiscal diferido	16.082	81.913
Não circulante	16.082	81.913

g) Expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos

Ano	31/12/2020		31/12/2019	
	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido	Valor líquido dos impostos diferidos	Valor líquido dos impostos diferidos
2020	–	–	–	78.005
2021	156.679	16.082	140.597	111.684
2022	88.896	–	88.896	26.150
2023	118.025	–	118.025	31.791
2024	186.787	–	186.787	41.079
A partir de 2025	73.537	–	73.537	78.570
Total	623.924	16.082	607.842	367.279

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

14. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Credores diversos - no país	489.901	308.926
Provisão para outras despesas administrativas	100.545	79.775
Provisão para despesas de pessoal	29.480	89.608
Ordens de pagamento em moeda estrangeira	7.515	4.945
Valores a pagar de sociedades ligadas	3.031	12
Rendas antecipadas	2.946	18.236
Outros pagamentos	2.134	17.322
Valores a ressarcir demais convênios	168	3.733
Contas a pagar de uso, consumo e prestação de serviços	23	1.797
Consignados	-	1.277
Outros	36.300	47.284
Total	672.043	572.915
Circulante	669.097	554.678
Não circulante	2.946	18.237

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado está assim representado:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De domiciliados no país	2.053.913	76.088	2.130.001	2.053.913	76.088	2.130.001
Total	2.053.913	76.088	2.130.001	2.053.913	76.088	2.130.001

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social. Poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social. Somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

b.2) Reserva estatutária

A legislação vigente e o estatuto social facultam à administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à reserva legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para reserva estatutária, com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, poderá ser utilizada para distribuição de dividendos aos acionistas.

c) Dividendos/juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado o direito aos dividendos mínimos obrigatórios, podendo também ser distribuídos sob a forma de juros sobre o capital próprio, correspondente a 25% do lucro do período, deduzida a parcela destinada a reserva legal.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não foram deliberados dividendos ou juros sobre o capital próprio.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Outros resultados abrangentes

Refere-se ao ajuste ao valor justo líquido de impostos relativo aos títulos públicos representados por NTN, LTN, títulos privados e *swap* destinado para *hedge* do capital da agência nas Ilhas Cayman, no montante de R\$ 14.355 (R\$ 5.736 em 31 de dezembro de 2019).

16. RECEITA DE JUROS E SIMILARES

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Operações de crédito	1.690.619	949.709
Financiamentos	927.254	299.316
Empréstimos	479.381	571.958
Títulos descontados	287.558	84.345
Cessão de operações de crédito	126	1.645
Adiantamento a depositantes	202	408
Perda com créditos incobráveis	(3.902)	(7.963)
Títulos e valores mobiliários	29.383	47.702
Aplicações interfinanceiras de liquidez	29.383	47.702
Total	1.720.002	997.411

17. DESPESA COM JUROS E SIMILARES

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Captação com depósitos	(344.111)	(414.977)
Depósitos à prazo	(313.444)	(402.821)
Depósitos interfinanceiros	(30.667)	(12.156)
Captação no mercado aberto	(5.435)	(9.672)
Carteira própria	(5.435)	(9.662)
Carteira de terceiros	–	(10)
Recursos de aceite e emissão de títulos	(153.247)	(201.150)
Letras de crédito imobiliária	(71.452)	(92.338)
Letras de crédito do agronegócio	(62.840)	(99.116)
Letras financeiras	(18.955)	(9.696)
Contribuições ordinárias	(10.663)	(10.620)
Fundo Garantidor de Crédito	(10.663)	(10.620)
Obrigações por empréstimos e repasses	(28.363)	10.176
Banqueiros no exterior	(28.063)	10.682
Repasses instituições oficiais	(300)	(506)
Outros	(12.308)	(3.371)
Bens arrendados	(12.308)	(3.356)
Operações estruturadas	–	(15)
Total	(554.127)	(629.614)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

18. GANHO/(PERDA) LÍQUIDOS EM INVESTIMENTOS EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Títulos	131.133	718.532
Títulos de renda variável	130.235	1.146.649
Resultado de títulos no exterior	1.213	1.565
Títulos de renda fixa	(315)	(429.682)
Derivativos	(691.699)	(28.634)
<i>Non deliverable forward</i>	221.023	439
Opções	2.551	8.743
Certificado de operações estruturadas	(600)	(60)
<i>Swap</i>	(9.262)	25.726
Futuros	(905.411)	(63.482)
Total	(560.566)	689.898

19. RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS BAIXADOS PARA PREJUÍZO

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	32.806	29.657
Total	32.806	29.657

20. RESULTADO EM OPERAÇÕES DE CÂMBIO

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Variação cambial	68.929	18.480
Despesas em operações de câmbio	5.490	10.757
Total	74.419	29.237

21. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS BANCÁRIAS

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Transações de pagamento	265.292	21.209
Tarifas	61.793	36.276
Comissões de cartões	47.729	23.493
Cobrança e arrecadações	11.806	4.629
Tecnologia	11.477	10.407
Garantias prestadas	5.595	7.313
Prestação de serviços de assessoria financeira	1.079	1.174
Total	404.771	104.501

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

22. PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS EM ATIVOS FINANCEIROS

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Perda esperada em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ⁽¹⁾	(329.951)	(231.922)
Total	(329.951)	(231.922)

(1) A movimentação está detalhada na nota explicativa 5.d.2.

23. DESPESAS DE PESSOAL

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Proventos	(352.765)	(231.053)
Encargos	(122.590)	(68.623)
Benefícios	(72.287)	(45.516)
Indenizações trabalhistas	(36.606)	(59.676)
Treinamentos	(2.358)	(1.506)
Total	(586.606)	(406.374)

24. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
COFINS	(69.377)	(51.091)
ISS	(20.900)	(4.648)
PIS / PASEP	(14.048)	(8.508)
Outras	(3.962)	(4.422)
Total	(108.287)	(68.669)

25. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Serviços do sistema financeiro	(362.682)	(157.334)
Processamento de dados	(193.824)	(104.029)
Depreciações e amortizações	(162.414)	(117.290)
Serviços técnicos especializados e de terceiros	(122.735)	(98.437)
Comunicações	(17.854)	(10.225)
Propaganda e publicidade	(16.595)	(12.497)
Transportes e viagens	(6.707)	(8.363)
Manutenção e conservação de bens	(5.856)	(4.292)
Despesas legais e jurídicas	(5.561)	(6.175)
Serviços de vigilância e segurança	(2.495)	(3.381)
Água, energia e gás	(2.115)	(2.001)
Material	(1.657)	(1.283)
Outras	(25.623)	(26.199)
Total	(926.118)	(551.506)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

26 OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) LÍQUIDAS

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	9.088	(27.834)
Outras provisões operacionais	5.744	18.685
Recuperação de encargos e despesas	1.655	792
Atualização de depósitos judiciais	1.011	699
Atualização de impostos a compensar	879	2.266
Despesas de charge back	(4.053)	(6.703)
Prejuízos operacionais	(13.799)	(24.100)
Outras	(2.926)	(10.331)
Total	(2.401)	(46.526)

27. PARTES RELACIONADAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os benefícios de curto prazo recebidos pelo pessoal chave da administração somaram R\$ 31.676 (R\$ 29.293 em 31 de dezembro de 2019).

Os benefícios de rescisão e contrato de trabalho que consistem na utilização do plano de saúde de 2 a 9 meses após o desligamento não geraram gastos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. (R\$ 30 em 31 de dezembro de 2019).

O Banco não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações.

O Banco não concedeu empréstimos ao pessoal chave da administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

O Banco realiza transações bancárias com partes relacionadas, tais como depósitos remunerados e não remunerados e antecipação de recebíveis. Dentre as principais empresas do grupo J&F, destacamos a JBS S/A, a JBS Aves Ltda, a Seara Comércio de Alimentos Ltda, a Flora Produtos de Higiene e Limpeza S/A, a Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limpeza Ltda e a J&F Investimentos S/A.

						31/12/2020
	Empresas do grupo J&F	Entidade controladora (1)	Entidades coligadas e controladas (2)	Pessoal chave da administração	Outras partes relacionadas	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes	143.790	–	76.189	–	–	219.979
Instrumentos financeiros	–	–	1.157.930	–	–	1.157.930
Outros ativos	424.282	136.840	39.885	–	–	601.007
Passivos						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	1.101.504	716	45.652	59.775	33.220	1.240.867
Outros passivos	–	–	16.467	–	–	16.467
Resultado						
Rendas originadas por instrumentos financeiros e outros ativos	113.429	–	130	–	–	113.559
Despesas com depósitos e demais instrumentos financeiros	(3.235)	(3)	(150)	(620)	(1.248)	(5.256)
Outras receitas e despesas	(6.632)	–	(81.883)	–	–	(88.515)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

						31/12/2019
	Empresas do grupo J&F	Entidade contro- ladora (1)	Entidades coligadas e controladas (2)	Pessoal chave da administração	Outras partes relacionadas	Total
Ativos						
Instrumentos financeiros	176.538	–	–	–	–	176.538
Passivos						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	702.490	649	11.872	40.862	–	755.873
Resultado						01/01 a 31/12/2019
Despesas com depósitos e demais instrumentos financeiros	(8.560)	–	(222)	(1.494)	–	(10.276)

(1) J&F Participações S/A

(2) Original Corporate Corretora de Seguros Ltda, Original Asset Management Ltda, Original APP Ltda, PicPay Serviços S/A e FIDC PicPay.

28. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Banco preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes, sendo o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

O Banco qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de crédito - Possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de mercado - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de liquidez - Possibilidade do Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco operacional - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Gestão de capital - É o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrente do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador.

A estrutura de avaliação de risco do Banco está alicerçada em metodologias estatísticas de credit score e no princípio de decisão técnica colegiada, sendo definidas alçadas de concessão de crédito correspondentes aos níveis decisórios. A estrutura de gerenciamento de risco de crédito é compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços e nível de exposição ao risco de crédito e é composta pelas etapas de decisão, formalização, monitoramento e cobrança, que possibilitam o acompanhamento contínuo da qualidade da carteira de crédito.

O comitê de crédito possui, entre outras atribuições, o estabelecimento de diretrizes, aprovação de políticas de crédito, deliberação de empréstimos e adiantamentos a clientes, análise de demandas operacionais de produtos de crédito e de cobrança, ainda não previstos em documentos oficiais, deliberação a respeito de empréstimos e adiantamentos a clientes e políticas em caráter de excepcionalidade, análise dos indicadores de propostas e contratos para atendimento das metas e objetivos a serem alcançados pelo Banco.

O risco de crédito é o maior risco para o negócio do Banco. Portanto, a administração gerencia cuidadosamente sua exposição ao risco de crédito. A gestão e controle do risco de crédito são centralizados em uma equipe de gerenciamento de risco de crédito que se reporta regularmente à diretoria executiva.

a.1) Exposição máxima ao risco de crédito - Instrumentos financeiros sujeitos a redução ao seu valor recuperável

Representação da exposição ao risco de crédito dos instrumentos financeiros para os quais uma provisão para perda esperada é reconhecida.

	31/12/2020			
	Estágios			
	1	2	3	Total
Instrumentos financeiros ao custo amortizado	7.844.922	644.678	348.672	8.838.272
Exposições off-balance ⁽¹⁾	1.752.055	215.401	1.465	1.968.921
Exposição total	9.596.977	860.079	350.137	10.807.193
(-) Provisão para perdas esperadas	88.117	184.440	213.165	485.722
(=) Exposição líquida	9.508.860	675.639	136.972	10.321.471
	31/12/2019			
	Estágios			
	1	2	3	Total
Instrumentos financeiros ao custo amortizado	6.729.516	77.015	385.235	7.191.766
Exposições off-balance ⁽¹⁾	1.323.280	-	-	1.323.280
Exposição total	8.052.796	77.015	385.235	8.515.046
(-) Provisão para perdas esperadas	109.217	22.540	220.281	352.038
(=) Exposição líquida	7.943.579	54.475	164.954	8.163.008

⁽¹⁾ Possui aplicação de fator de expectativa de utilização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.2) Exposição máxima ao risco de crédito - Instrumentos financeiros não sujeitos a redução ao valor recuperável

	31/12/2020	31/12/2019
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	2.617.054	2.059.591
Derivativos	62.920	12.250
Total	2.679.974	2.071.841

a.2.1) Avaliação da redução ao valor recuperável

Apresentamos as referências que demonstram como a avaliação e a mensuração da redução ao valor recuperável foram realizadas pelo Banco para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Elas devem ser consideradas no contexto das principais práticas contábeis utilizadas pelo Banco, conforme descrito nas notas explicativas de número 3.

i) Definição de inadimplência e cura

O Banco considera como um instrumento financeiro inadimplente e, conseqüentemente no Estágio 3 para fins de cálculo de perda esperada, todos os casos que se encontram vencidos a mais de 90 dias em relação aos seus fluxos contratuais. Para operações interbancárias, o Banco considera inadimplentes quando o pagamento requerido não é realizado ao final da operação conforme determinado nos termos contratuais.

Como parte de avaliação qualitativa o Banco considera a classificação interna de risco de crédito.

Considera-se que um instrumento não está mais inadimplente ou seja, evento de “cura”, quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos por um período consecutivo de quatro meses. Este período foi determinado com base em uma análise que considera a probabilidade de um instrumento financeiro retornar ao *status* de inadimplência após cura.

ii) Classificações internas de risco e o processo de estimativa da probabilidade de inadimplência (*probability of default - PD*)

O Banco possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (ratings) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

Empréstimos e adiantamentos a clientes de varejo

Os empréstimos e adiantamentos a clientes de varejo compreendem créditos pessoais, operações com cartões de crédito e cheque especial sem garantias. Essas operações recebem uma classificação de risco através de um modelo de *credit score*, interno que utiliza como parâmetros principais:

- Nível de comprometimento da renda do tomador;
- Percentual dos saldos devedores já pagos;
- Idade.
- Situação de crédito do tomador no sistema financeiro nacional;
- Identificação interna de outras operações que indicam melhor situação de crédito do tomador;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As classificações internas de risco de crédito estão assim definidas:

Classificações internas de risco de crédito, segregadas em operações de atacado e varejo	Atacado			Varejo		
	Rating	Avaliação	2020	Rating	Avaliação	2020
		Boa			Boa	
	Baixa	qualidade	0,5%	Baixa	qualidade	7,2%
	Média	Normal	6,3%	Média	Normal	30,2%
	Alta	Atenção	48,8%	Alta	Atenção	76,0%

Quando aplicável, também são utilizadas as classificações de risco de crédito atribuídas por agências de *rating*, principalmente em operações que têm como contraparte outras instituições financeiras (empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, Operações de compra com compromisso de revenda e instrumentos de dívida privados), governo federal (instrumentos de dívida públicos) e outras entidades privadas (instrumentos de dívida privados).

iii) Mensuração do risco de crédito

Exposição no momento da inadimplência (EAD)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas, considerando a capacidade do cliente em aumentar sua exposição enquanto se aproxima da inadimplência e o potencial de ocorrência de pagamentos antecipados.

Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um “fator de crédito” que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto e faixa de utilização do limite atual, com base na análise dos dados de inadimplência recentes do Banco.

Para calcular a EAD o Banco leva em consideração as classificações em estágios.

- Operações em estágio 1 - o Banco avalia a possibilidade de eventos de inadimplência nos próximos 12 meses para o cálculo da PE.
- Operações nos estágios 2 e 3 - o Banco avalia a possibilidade de eventos de inadimplência ao longo da vida para o cálculo da PE.

Além disso, para operações de atacado, há aplicação do fator de projeção associado as variáveis macroeconômicas (*forward looking*).

Perda em caso de inadimplência (LGD)

O Banco monitora continuamente todos os ativos sujeitos a constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito a provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação (PE Vida), o Banco avalia se houve um aumento significativo no risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

Aumento significativo de risco de crédito

O Banco considera que uma operação teve aumento significativo de risco de crédito, com conseqüente migração para o estágio 2, quando seu atraso atingir 30 dias ou elevação de sua probabilidade de inadimplência (PD) durante todo o seu prazo esperado em:

- Cinco pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for inferior a 5%;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- 100% da PD no reconhecimento inicial, para os demais instrumentos financeiros.
- Vinte pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for superior a 20%; e

O Banco considera que há aumento significativo do estágio 2 para o estágio 3 quando o ativo financeiro possui atraso superior a 90 dias, ou quando houver solicitação de recuperação judicial no caso de pessoa jurídica.

Agrupamento de ativos financeiros para cálculo coletivo de perdas esperadas

O Banco calcula suas perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de empréstimos e adiantamentos a clientes.

O Banco agrupa essas exposições através de critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de produto (recebíveis, crédito pessoal, crédito pessoal consignado, operação de cartão de crédito, operações de cartão de crédito consignado e cheque especial);
- Safra de concessão da operação de crédito ao tomador; e
- Segmentação por linha de negócio (agronegócio, *corporate*, *affluente*, varejo);

a.3) Garantias

O Banco utiliza-se de garantias reais e pessoais como mitigadores de risco em suas operações de crédito, derivativos e operações compromissadas. As operações de crédito são estruturadas e propostas com as garantias de acordo com as características intrínsecas de cada crédito concedido. O processo de análise de crédito verifica as garantias frente o nível do risco da operação e, por fim, delibera sobre a aprovação, suficiência ou reprovação das garantias apresentadas.

Seguindo linhas gerais, a distribuição geográfica das garantias reais segue aquela das operações de origem. Na maioria dos casos, o tipo de garantia solicitada dependerá da modalidade do empréstimo, qualidade creditícia, ramo de atividade e segmento econômico do proponente da operação de crédito. Assim, a diversificação de garantias recebidas acompanhará a distribuição da carteira de crédito, por modalidades e segmentos.

As principais garantias utilizadas são:

- Aval dos sócios e cotistas;
- Penhor ou alienação fiduciária de bens móveis;
- Hipoteca ou alienação fiduciária de bens imóveis;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios e títulos de crédito; e
- Cessão fiduciária de depósitos e títulos;

O registro das garantias é realizado na forma da lei e, em se tratando de penhor ou alienação de bens móveis ou imóveis, em regra se dá nos cartórios competentes.

A avaliação das garantias, em especial relativas a produção agropecuária, é feita com base no preço de mercado do produto na data da concessão e/ou no preço futuro previsto para o produto, considerando o cenário de venda forçada. Realizam-se periodicamente, em média a cada trimestre, ou de acordo com os fluxos de vencimento, histórico ou épocas de abate, colheita etc, visitas de monitoramento para aferição da real existência das garantias, bem como sua qualidade e condições de manejo e estocagem.

O Banco considera consistentemente as garantias associadas aos empréstimos em carteira, associando ao valor das garantias a probabilidade de arresto das mesmas, para fins de quantificar as potenciais perdas de crédito incorridas em seu portfólio. Esta medida passa a direcionar objetivamente as provisões de crédito constituídas e as ações de cobrança sobre as operações inadimplentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Mitigação de riscos por garantia			
	Saldo 31/12/2020	Impacto da LGD na PE	Saldo 31/12/2019	Impacto da LGD na PE
Agronegócio	2.270.663	(158.528)	2.167.588	(78.440)
Corporate	1.256.160	(79.638)	1.270.201	(64.799)
Total mitigado	3.526.823	(238.166)	3.437.789	(143.239)

a.4) Recuperação e cobrança

A área de cobrança objetiva minimizar as perdas financeiras associadas ao atraso, parcial ou total, dos contratos de empréstimos. A recuperação de crédito segue as regras definidas na “régua de cobrança” estipulada para cada tipo de modalidade de crédito.

As ações de cobrança vão desde o contato com o cliente, negociação amigável, aviso aos garantidores e avalistas, negativação em órgãos como a Serasa, chegando a tomada de ações jurídicas cabíveis para a recuperação do crédito.

a.5) Operações de crédito por portfólio, classe e risco de crédito

	31/12/2020			31/12/2019		
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Agronegócio	2.246.525	84.051	39.590	2.178.747	150	56.270
Corporate	1.528.058	–	99.433	1.584.553	25.414	125.919
Recebíveis	2.075.747	1.292	10.862	2.125.008	4.931	13.065
Pessoas físicas	827.082	562.191	198.787	625.256	46.485	189.901
Demais	9.580	–	–	216.066	–	–
	6.686.992	647.534	348.672	6.729.630	76.980	385.155

a.6) Operações de crédito vencidas

	31/12/2020			31/12/2019		
	Atraso de 1 a 30 dias	Atraso de 30 a 60 dias	Total	Atraso de 1 a 30 dias	Atraso de 30 a 60 dias	Total
Agronegócio	31.619	–	31.619	1.276	–	1.276
Corporate	21.624	–	21.624	40.006	–	40.006
Recebíveis	97.612	1.306	98.918	170.702	5.128	175.830
Pessoas físicas	118.253	30.549	148.802	81.610	33.985	115.595
Total	269.108	31.855	300.963	293.594	39.113	332.707

b) Riscos de mercado

A área de risco de mercado calcula do risco de taxa de juros (IRRBB) reportando o resultado através de relatórios para a tesouraria. Havendo extrapolação dos limites estabelecidos, o fato é, tempestivamente, reportado ao CEGIR.

Abaixo são demonstrados os impactos de choques nas taxas de juros nas operações da carteira bancária. Primeiramente a estimativa de variação do valor de mercado, com utilização de choque compatível com o 1º e o 99º percentis de uma distribuição histórica de variações nas curvas de juros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ganhos/perdas - percentil histórico

	4º trimestre 2020	3º trimestre 2020	2º trimestre 2020	1º trimestre 2020	4º trimestre 2019
Taxa de juros pre-fixadas					
1º percentil	(24.359)	(8.414)	(10.317)	(2.701)	(7.155)
99º percentil	18.438	6.184	15.044	4.035	6.089
Cupom de dólar					
1º percentil	(2.501)	(10.064)	(5.034)	(2.009)	(9.102)
99º percentil	2.824	10.855	6.282	1.784	8.121

Deslocamento em pontos percentuais da curva de juros para perdas em % do PR

	4º trimestre 2020	3º trimestre 2020	2º trimestre 2020	1º trimestre 2020	4º trimestre 2019
Taxa de juros pre-fixadas					
5% do PR	12	21	30	–	17
10% do PR	23	42	60	–	34
20% do PR	46	84	–	–	68
Cupom de dólar					
5% do PR	67	14	84	70	14
10% do PR	135	27	–	–	29
20% do PR	269	54	–	–	58

c) Riscos de liquidez

As diretrizes da Administração para o processo de risco de liquidez são norteadas pela política de risco de liquidez que é aprovada e revisada pelo Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR). Essa política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução 4.557/17 do Banco Central do Brasil. A definição dos limites e a periodicidade de monitoramento, bem como sua revisão, também são de responsabilidade do CEGIR.

A diretoria de riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez do Banco. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas e fóruns responsáveis pela gestão de liquidez.

Essas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento de todo o Conglomerado Original, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam as análises são:

					31/12/2020	31/12/2019
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Passivos financeiros						
Passivos totais	1.741.625	2.623.484	4.200.409	5.418.296	13.983.814	10.337.911
Derivativos	–	15.811	353	49	16.213	19.119

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Risco operacional

Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Por determinação dos órgãos reguladores, bem como visando aprimorar seus controles internos, o Banco desenvolveu uma estrutura para gerenciar o risco operacional ao qual está exposto. Essa estrutura tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar o risco operacional inerente aos produtos, processos, serviços, atividades e sistemas da instituição. Como parte da estrutura foi desenvolvida uma política de gerenciamento do risco operacional, que visa garantir o pleno cumprimento do modelo de gestão do risco operacional utilizado. Essa política é revisada e aprovada anualmente pela diretoria.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional também contempla a elaboração de uma matriz de riscos, considerando a avaliação de impacto e vulnerabilidade. Essa matriz permite o registro dos processos e riscos em que a instituição está exposta, bem como o registro dos planos de ação para mitigar os riscos identificados e aprimorar os controles internos.

Os principais eventos de risco operacional são:

- Fraudes internas e externas;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Falhas na execução, descumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição;
- Danos a ativos físicos próprios ou de uso da instituição;
- Aqueles que acarretam a interrupção das atividades;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;

A estrutura de risco operacional do Banco visa identificar, avaliar, monitorar, testar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais está exposto, além de disseminar internamente a cultura de controle a todos os colaboradores. Esta estrutura está formalizada na política de gerenciamento de risco operacional. Este documento define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de risco operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva evitando novos eventos e reincidência de falhas e possuir um plano de contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com um comitê de risco operacional e controles internos.

e) Gestão de capital

Gestão de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição com a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, visando o planejamento de metas e de necessidade de capital, de acordo com os objetivos estratégicos.

A diretoria de riscos monitora e controla a necessidade de capital para fazer frente aos riscos da instituição, reportando os resultados aos órgãos reguladores, às áreas envolvidas no processo e aos comitês gestores.

Os procedimentos relacionados ao gerenciamento de capital têm como objetivo a identificação e avaliação da relação entre o capital exigido e capital disponível. Neste contexto, os processos executados pela diretoria de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

riscos têm como foco: i) evolução e projeção dos principais riscos que a instituição incorre; ii) projeção das carteiras de ativos e passivos e dos resultados; iii) levantamento das fontes de capital; iv) projeção do capital e das necessidades de capital para fazer frente aos riscos; v) apuração e análise da suficiência de capital, de acordo com as metas definidas; e vi) aplicação de testes de estresse e reporte dos resultados e controles de limites.

O patrimônio de referência (PR) da instituição é composto somente pelo PR Nível I, constituído pelos seguintes instrumentos:

- Ações ordinárias no país;
- Ações preferenciais não cumulativas e não resgatáveis no país;
- Reserva de lucros;
- Lucros ou prejuízos acumulados; e
- Ajustes prudenciais;

O Banco não se utiliza de instrumentos híbridos de capital e dívida (IHCD), dívidas subordinadas e ações elegíveis a compor o PR Nível II. Na apuração do PR não há nenhum instrumento com prazo de vencimento.

29. LIMITES OPERACIONAIS

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o conglomerado está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193 de 2013 e alterações posteriores, definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de patrimônio de referência (PR nível I e nível II) e ativos ponderados pelo risco (RWA).

O cálculo dos ativos ponderados pelo risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Consequentemente, o índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pelo Banco.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do índice de Basileia, calculado com base nas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial (Banco Original S.A., Banco Original do Agronegócio S.A., Offshore Cayman, PicPay Serviços S.A., Fundo de Investimento em Direitos Creditórios PicPay, Original App e Crednovo Sociedade de Empréstimos Entre Pessoas S.A.), nos termos da resolução nº 4.280, substituindo o conceito de conglomerado financeiro.

	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de referência Nível I	1.030.622	1.375.393
Patrimônio de referência (Níveis I e II)	1.030.622	1.375.393
RWA - Ativos ponderados pelo risco	10.203.294	10.376.218
RWACPAD (parcela de risco de crédito)	8.653.764	8.570.045
RWAMPAD (parcela de risco de mercado)	88.309	596.303
RWAOPAD (parcela de risco operacional)	1.461.221	1.209.870
Índice de Basileia III e II	<u>10,1%</u>	<u>13,3%</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

No exercício de 2020, o conglomerado mostrou-se enquadrado no limite de capital regulatório e com patrimônio de referência compatível com seu nível de risco. O conglomerado divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de nível I e nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.original.com.br. Adicionalmente ao Índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor.

30. RESULTADO POR AÇÃO

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Resultado líquido atribuído ao controlador	(362.943)	(15.962)
Média ponderada do número de ações ordinárias	518.913	518.913
Média ponderada do número de ações preferenciais	18.913	18.913
Total	537.826	537.826
Resultado atribuído ao controlador por ação ordinária	(0,18)	(7,77)
Resultado atribuído ao controlador por ação preferencial	(4.845,51)	(213,10)
Lucro por ação básico		
Ações ordinárias	(0,6748)	(0,0297)
Ações preferenciais	(0,6748)	(0,0297)

31. CESSÃO DE MARCA E DOMÍNIO

Em 2 de maio de 2019, a PicPay Serviços S.A. firmou contrato com a J&F Participações S.A. para adquirir serviços de gerenciamento de consultoria global de profissionais especializados na área de marketing, para a promoção e divulgação de suas atividades, visando sua expansão perante o público consumidor. O valor estabelecido para pagamento dos serviços está baseado no retorno que a contratante obtiver em virtude dos investimentos em marketing que a contratada efetuar.

Em 2 de junho de 2019, a PicPay Serviços S.A. efetuou a venda de sua marca para a J&F Participações S.A. pelo valor de R\$ 8.423.

32. ACORDO DE COLABORAÇÃO DE EXECUTIVOS E EX-EXECUTIVOS E DE LENIÊNCIA DA JBS S.A. E J&F INVESTIMENTOS S.A.

Em junho de 2017, a J&F Investimentos S.A. ("J&F"), atual acionista indireta do Banco Original S.A., celebrou acordo de leniência com o MPF ("Acordo"), e o Conglomerado Original aderiu formalmente ao Acordo em 4 de outubro de 2017.

Em decorrência dos acontecimentos, a Administração do Conglomerado Original, em cumprimento a seus deveres de diligência, contratou o escritório de advocacia Sampaio Ferraz Sociedade de Advogados que iniciou, com a Grant Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda. ("Assessores"), uma investigação interna relacionada aos fatos narrados no Acordo, visando a constatar eventuais repercussões desses fatos no Conglomerado Original.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Entendemos também ser importante destacar que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do Acordo, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente (“Comitê”) para, entre outras atribuições, supervisionar a realização de investigação interna. Esse Comitê ratificou a contratação dos Assessores e passou a supervisionar, de forma independente, os trabalhos investigativos para verificar a observância das melhores práticas profissionais.

A investigação foi formalmente encerrada em 27 de fevereiro de 2018. Os Assessores concluíram a investigação e não foram identificadas evidências de que a Administração atual do Conglomerado Original ou seus atuais empregados que foram objeto de investigação realizaram qualquer prática ilícita vinculada a atividades de corrupção. As demais investigações realizadas em empresas sob controle da J&F, por força do Acordo, estão em curso e não foram concluídas. A conclusão dessas investigações poderá tratar de fatos pertinentes a qualquer das sociedades nas quais a J&F detém participação direta ou indireta.

33. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2020, os avais, fianças e créditos para importação concedidos a terceiros pelo Banco, mediante comissão, somam R\$ 280.829 (R\$ 358.854 em 31 de dezembro de 2019), que estão sujeitos a encargos financeiros e contragarantias dadas pelos beneficiários.

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor atualizado	Provisão	Valor atualizado	Provisão
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	–	–	20.961	383
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	262.429	1.487	304.487	5.526
Outras fianças bancárias	18.399	118	33.406	128
Total	280.828	1.605	358.854	6.037

b) Seguros

Em 31 de dezembro de 2020, as unidades de negócio do Banco estavam seguradas mediante sete apólices, cuja cobertura total somava R\$ 427.880. O prêmio pago foi de R\$ 1.042.

c) Plano de aposentadoria e pensões

O Banco não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplicam ao Banco as exigências dispostas na deliberação CVM nº 695/2012.

d) Plano de saúde - benefício pós emprego

O Banco é o principal patrocinador do plano de saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pela Bradesco Saúde, cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção à doenças e a promoção do bem estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os funcionários demitidos continuarão contando com o plano de saúde conforme cláusulas do acordo coletivo, salvo exceções (reintegrações e eventuais prorrogações). O montante custeado para os demitidos até 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 1.504 (R\$ 523 em 31 de dezembro de 2019).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Pandemia de COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 11 de março a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global. Esse surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao seu impacto potencial, aumentou o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas, despesas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 será revisada e serão tomadas as providências necessárias para a correção de rumos e para a estabilização econômica e financeira que se fizerem necessárias.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras consolidadas. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas, as seguintes medidas foram tomadas:

- i) Quanto ao risco operacional, aumentamos do número de funcionários elegíveis a trabalhar de forma remota, fornecendo-lhes as ferramentas tecnológicas necessárias para que possam exercer plenamente suas atividades em qualquer lugar fora das dependências do Banco, sem que haja qualquer prejuízo à continuidade dos negócios.
- ii) Quanto ao risco de crédito, acompanharemos diariamente os efeitos do surto na economia de uma forma geral, visando antecipar eventual deterioração da nossa carteira de crédito, adotando as providências necessárias para a minimizar seus efeitos nos resultados do Banco. Reestruturações de operações de crédito necessárias foram realizadas até 30 de dezembro de 2020, de acordo com os procedimentos determinados pela Resolução 4.782, de 16 de março de 2020.
- iii) Relativamente aos critérios de apuração das necessidades Adicional de Capital Principal, adotamos os percentuais a serem aplicados ao montante do *RWA - Risk- Wiegthed Assets*, definidos pela Resolução 4.783, de 16 de março de 2020.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em assembleia geral extraordinária de 29 de janeiro de 2021, foi deliberado e aprovado o aumento de capital social da PicPay Serviços S.A., no montante de R\$ 129.500, mediante a emissão, subscrição e integralização de 153.842 ações, sendo 76.291 ordinárias e 76.291 preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Esta deliberação está em processo de aprovação pelo Banco Central do Brasil.

Em 19 de fevereiro de 2021, o Banco Original alienou a totalidade das ações da PicPay Serviços S.A. pelo valor de R\$ 258.390, gerando resultado líquido dos efeitos tributários no montante de R\$ 39.095.

Em 23 de fevereiro de 2021, com aporte inicial de R\$ 97.800, a PicPay passou a ter participação como quotista subordinado do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios PicPay.

**ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA DIVULGAÇÃO
DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

Alexandre Correa Abreu

Diretor Presidente

Érico de Arruda Holanda

Diretor

Marcelo Rosas Betine

Contador

CRC 1 PR044644/O-6 "S" SP

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O comitê de auditoria (comitê) do Banco Original S.A (Banco) tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do banco, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

O comitê é um órgão composto por três membros externos e independentes e reporta-se ao Conselho de Administração (Conselho).

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Banco, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna e a auditoria independente. Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do comitê e os órgãos da Administração do Banco, de modo que as solicitações de informações dos componentes do colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A auditoria interna é diretamente subordinada ao Conselho e supervisionada pelo comitê. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados. A auditoria interna provê o conselho, a presidência, a diretoria executiva e o comitê de auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Banco.

A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O comitê reuniu-se 13 vezes no exercício de 2020 (12 vezes no exercício de 2019) e fez 77 reuniões (83 no exercício de 2019) com a empresa de auditoria independente, com o responsável pela auditoria interna, bem como com os gestores de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Nenhuma recomendação foi emitida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 do Banco foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Banco.

Com base nas informações recebidas, o comitê de auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Banco.

O comitê de auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração do Banco a aprovação das demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 26 de março de 2021

Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração do Banco Original S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Original S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Original S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Investigação J&F Investimentos S.A.

Chamamos a atenção para a nota explicativa no. 31 às demonstrações financeiras consolidadas do Banco, que descreve sobre o Acordo de colaboração premiada de executivos e ex-executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A., esta atual acionista indireta do Banco, bem como sobre o processo de investigação conduzido, sob responsabilidade do Comitê de Supervisão Independente e previsto no acordo de leniência, em relação a J&F Investimentos, controladas e coligadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para perdas esperadas de empréstimos e adiantamentos a clientes, demais instrumentos de dívidas não mensurados ao valor justo por meio do resultado e para limites de créditos concedidos e não utilizados

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3.d.8., 5.d e 28.a.2.1 às demonstrações financeiras consolidadas, para fins de mensuração da provisão para perdas esperadas (PE) de empréstimos e adiantamentos a clientes, demais instrumentos de dívidas não mensurados ao valor justo por meio do resultado e para limites de créditos concedidos e não utilizados, é requerido a aplicação de premissas significativas e uso de modelos qualitativos e quantitativos. A administração se baseia na expectativa de perdas esperadas ao longo da vida útil do ativo (PE vida), a não ser que

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua originação, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses). A PE 12 meses é parte da PE vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras. Tanto a PE vida como a PE 12 meses são calculadas em bases individuais e em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. Para calcular a perda esperada, o Banco usa estimativas de probabilidade de inadimplência (PD), exposição no momentos de inadimplência (EAD) e perda dada a inadimplência (LGD), bem como estimativas do impacto das projeções dos cenários macroeconômicos futuros, levando em consideração os impactos da Covid-19.

Devido ao grau de incerteza significativa que envolve a mensuração da perda esperada, principalmente relacionado a complexidade dos modelos e subjetividade e precisão das premissas utilizadas, dentre essas estão: (i) as metodologias e premissas utilizadas para estimar as PDs, EADs e LGDs; (ii) os cenários macroeconômicos futuros; (iii) a identificação de aumento significativo de risco de crédito (estágio 2), (iv) e a perda dada a inadimplência com redução ao valor recuperável (estágio 3), acentuada pelos efeitos da pandemia da Covid-19 no cenário macroeconômico atual e futuro, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

A seguir estão os principais procedimentos que realizamos para avaliar esse principal assunto de auditoria. Avaliamos o desenho dos controles internos chave relacionados aos processos de revisão, aprovação e registro das operações sujeitas ao risco de crédito e para mensurar a perda esperada, analisamos as políticas e manuais que documentam as modelagens desenvolvidas, a aplicação das metodologias, a utilização de índices e premissas utilizados pelo Banco no cálculo das perdas esperadas de operações sujeitas ao risco de crédito. Envolvermos profissionais de risco de crédito com experiência e conhecimento especializados que nos auxiliaram: (i) na avaliação qualitativa das metodologias de PE do Banco através da revisão dos modelos com base nos requisitos técnicos e nas IFRS; (ii) em testar a precisão das PDs, EADs e LGDs utilizando a metodologia definida e os dados históricos do Banco; (iii) na avaliação da segmentação dos grupos homogêneos de risco de crédito para a mensuração da PD através da correlação dos dados históricos das carteiras; e (iv) na avaliação da relevância das variáveis macroeconômicas consideradas nos cenários macroeconômicos futuros através da análise de regressão e correlação histórica com esses indicadores. Comparamos os índices projetados pelo Banco nos cenários macroeconômicos futuros com projeções independentes de terceiros. Para uma amostra de contratos, avaliamos a PE calculada individualmente, incluindo a avaliação dos fluxos de caixa esperados e garantias relacionadas; e avaliamos a aderência às políticas internas sobre a identificação do aumento significativo de risco de crédito e a classificação dos instrumentos financeiros nos estágios 2 e 3.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a perda esperada de empréstimos, adiantamentos a clientes, demais instrumentos de dívidas não mensurados ao valor justo por meio do resultado e para limites de créditos concedidos e não utilizados, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3.i e 12.h, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco incluem ativos relativos a créditos tributários. Os créditos tributários sobre adições temporárias, quando aplicável, são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos e são baseados nas expectativas atuais de realização considerando os estudos técnicos e análises da Administração, e os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período base. Devido ao grau de julgamento inerente à determinação dessas estimativas e ao potencial impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam causar na expectativa de realização dos créditos tributários, consideramos esse tema um assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos chave, referentes ao processo de determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins de elaboração de projeção de resultados futuros a qual é base para a avaliação sobre a realização e ativação dos saldos de créditos tributários. Com o suporte técnico de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade e consistência dos dados, métodos e premissas utilizados na preparação do plano de negócios do Banco além do estudo técnico e a avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários, bem como, a avaliação feita pelo Banco dos eventuais efeitos da conjuntura econômica em suas projeções de resultados futuros. Adicionalmente, testamos os cálculos matemáticos incluídos no estudo técnico de realização dos respectivos créditos e analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas são apropriadas em relação às normas vigentes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração, o registro e avaliação dos créditos tributários e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras .

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 1 de abril de 2021



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Andre Dala Pola

Contador CRC 1SP214007/O-2